

Jornais e lutas políticas na Revolução de Abril

Newspapers and political battles in the April revolution

PEDRO MARQUES GOMES

Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, FCSH

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social

pedrogomes@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3189-3388>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/10/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 02/07/2020

Resumo. Os jornais foram atores de grande relevância político-social ao longo da revolução portuguesa (1974-1975). Por um lado, envolvendo-se nas lutas políticas e principais acontecimentos de então; por outro, sendo alvo de múltiplas e variadas tentativas de controlo de diversas forças.

Num período em que a própria imprensa atravessou um processo de profundas transformações, este artigo procura analisá-las e contextualiza-las, refletindo sobre as principais tendências do jornalismo da época.

Palavras-chave. Jornais, Revolução, Lutas políticas, Jornalismo, Controlo de Imprensa.

Abstract. Newspapers were actors of great political and social relevance during the Portuguese revolution (1974-1975). On the one hand, they were involved in the political battles and main events at the time; on the other hand, they were the target of multiple and varied control attempts by several forces.

In a period where the press itself went through a process of profound changes, this article seeks to analyse and provide context, reflecting on the main trends of journalism from that period.

Keywords. Newspapers, Revolution, Political battles, Journalism, Press control.

Introdução

Mário Mesquita, referindo-se aos *media* no período revolucionário, propõe “como palavra-chave *Ideologias*” e “como perfil profissional o de um jornalista-militante” (MESQUITA 2019: 16). De facto, olhar as páginas dos jornais na revolução é mergulhar num Portugal em ebulição, após uma ditadura de quase cinco décadas. Aos jornalistas pouco tempo restava para refletirem, na vertigem dos acontecimentos que se multiplicavam a todo o momento.

Manifestações, greves, ocupações, anúncios de golpes e contragolpes, boatos, tomadas de posição de militares e políticos... Não faltavam factos a noticiar, personalidades a entrevistar, opiniões e comunicados para publicar e imagens para ilustrar tudo o que acontecia. Tudo chegava a todo o momento, contradizendo-se

frequentemente. Os jornais refletiram e foram o reflexo disso. Foram meios privilegiados de transmissão de informação à opinião pública, mas, simultaneamente, envolveram-se nos acontecimentos, não raras vezes tomaram partido, intervindo nos combates políticos que então se travaram quotidianamente.

Desde a madrugada de dia 25 de Abril que a agitação nas redações foi uma constante. Viviam-se entre dúvidas e hesitações, causadas essencialmente pelas poucas informações que chegavam e, dessas, algumas contraditórias. Dentro e fora dos jornais, procuravam-se fontes que explicassem o que estava a acontecer nas ruas de Lisboa. No *Diário de Notícias* (DN), tido como o jornal “oficioso” do regime, a veterana jornalista Manuela de Azevedo relata essas horas de alvoroço, desde que, em sua casa, recebera um telefonema do subchefe de redação, José Estevão Santos Jorge, dizendo: “Desta vez é que é certo. As tropas de Santarém estão a chegar a Lisboa”. De regresso à redação, “as notícias multiplicavam-se desconcertantes. O diretor do jornal ingenuamente insistia em que os textos fossem à Censura, mas Santos Jorge contradizia-o: – Já não há Censura” (AZEVEDO 2010: 207). Grande parte dos jornais já não submete, efetivamente, os textos à análise dos censores.

No *República* vivia-se um ambiente de “grande euforia”, lembra o jornalista Alberto Arons de Carvalho. “Nós já não mandámos nada para a censura. Aliás, o jornal *República* estava a cem metros e nós assistimos à invasão e destruição da censura”¹. Foi, portanto, com orgulho que, no dia seguinte, é colocado em manchete: “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. Os repórteres Eugénio Alves e José Jorge Letria assinaram a reportagem do dia:

“Perto das 7h30 rumámos à redação do *República*, esgotados por uma “direta” inesquecível e pela tensão nervosa provocada pela incerteza e pela espera, e escrevemos a primeira reportagem daquela madrugada histórica, que sairia numa edição já liberta da intervenção da censura. Foi a primeira das várias que chegaram à rua nesse dia, anunciando que o Movimento das Forças Armadas tomara o poder em Lisboa e noutros pontos do país” (LETRIA 2013: 158).

A euforia que surgia nas ruas estava também estampada nas capas dos jornais, que davam conta dos acontecimentos em várias edições que publicavam com informações atualizadas. Poucos dias depois, porém, anunciava-se um período conturbado. Maria Antónia Palla, redatora d’ *O Século Ilustrado*, revela isso mesmo, ao recordar a reportagem que redigira no dia 27:

¹ *Sol*, 25 de abril de 2017.

“o primeiro texto que escrevi em liberdade acabou por ser escortanhado, irreconhecível. Aí percebi que se nos tínhamos libertado da censura do regime, teríamos agora de enfrentar a censura imposta pelo patronato, pelos chefes zelosos, pelas correntes ideológicas e pelos grupos dominantes” (PALLA 2004: 22).

Alice Vieira, jornalista no *Diário Popular*, teve uma experiência semelhante:

“(…) aquilo que normalmente era cortado pela censura, no *Diário Popular* era cortado pelo chefe de redação, por razões políticas. (...) De 24 para 25 de Abril, quando chego ao *Diário Popular* e digo «se me cortam uma vírgula hoje... uma vírgula que seja... vocês vão-se haver comigo», o chefe de redação olhou para mim e disse: «nesta casa nada mudou...»” (VENTURA 2012: 144).

Novos e difíceis tempos se avizinhavam. Após 48 anos de censura, os jornalistas teriam oportunidade de aprender a escrever em liberdade, mas o período revolucionário que se seguiu ao golpe de Estado vai deixar bem patente o clima de tensão permanente que invade as redações. Múltiplas transformações vão ocorrer não só na imprensa, mas nos *media* em geral (MESQUITA 1994; RIBEIRO 2002; SANTOS 2017; REZOLA 2019), acompanhando o ritmo dos acontecimentos e, não raras vezes, sendo reflexo deles.

No *Diário de Notícias*, cuja direção que vinha do Estado Novo é substituída (ou saneada) logo em maio, vivia-se um ambiente algo tenso, como recorda o então subchefe de redação, José Silva Pinto:

“Era um ambiente resultante do ‘turbulim’ revolucionário que tinha havido. Havia pessoas ainda muito ligadas ao antigo regime que estavam lá e as pessoas que entraram eram pessoas que vinham, digamos, com uma mentalidade ou espírito próximo da revolução”².

A imprensa era vista como um meio privilegiado para fazer chegar determinadas informações à população, sendo este um dos fatores determinantes para aquilo que poderíamos chamar de “combate pelo poder” de definir a orientação ideológica dos jornais. Essa e outras tendências vão ganhar protagonismo ao longo destes meses.

² Entrevista a José Silva Pinto, Lisboa, 19 de junho de 2012.

Neste artigo, procuramos analisar a forma como os jornais de Lisboa viveram o chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC) e quais foram, *grasso modo*, as características principais do tipo de jornalismo então praticado. Para tal, recorreremos a fontes diversificadas, como bibliografia diversa, testemunhos de jornalistas que então se encontravam nas redações, materiais de imprensa e um relatório oficial do Conselho de Imprensa relativo ao período.

O pós 25 de Abril: agitação permanente

Os meses que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 são marcados pelo confronto entre o Presidente da República, António de Spínola, e a comissão coordenadora do Movimento das Forças Armadas. Desde logo, porque o primeiro recusara os nomes propostos pela comissão coordenadora para o cargo de primeiro-ministro, escolhendo Adelino da Palma Carlos. Depois, porque, enquanto a coordenadora do MFA defendia o estrito cumprimento do seu programa quanto à descolonização, Spínola pretendia uma solução federalista, uma descolonização de tipo referendário (REIS 1994; FERREIRA 2001).

A sociedade portuguesa vivia um momento de grande agitação. As greves e as manifestações de rua multiplicavam-se por todo o país, reivindicando melhores condições de vida. Entretanto, partidos políticos saem, finalmente, da clandestinidade e outros vão ser criados, casos do Partido Popular Democrático (PPD, 6 de maio) e do Centro Democrático Social (CDS, 19 de julho). Se é verdade que nesta primeira fase António de Spínola goza de uma conjuntura que lhe é favorável, após a demissão do primeiro-ministro – que vê rejeitada, pelo Conselho de Estado, uma proposta de reforço dos seus poderes e dos do Presidente da República – a correlação de forças inverte-se. Com a tomada de posse do II Governo Provisório, liderado pelo general Vasco Gonçalves, “o MFA iniciou a sua organização autónoma e foi sob sua iniciativa que Spínola assinou a lei 7/74, que proclamou o direito à independência das colónias”, assistindo-se, a partir de então, a um avanço nas negociações (PINTO 2015: 42).

Os confrontos entre MFA e Spínola intensificam-se e este último perde, progressivamente, poder, passando a estar numa posição bastante frágil. “Crescentemente isolado no aparelho de estado e militar, ameaçando constantemente demitir-se”, Spínola decide “apelar à *maioria silenciosa*, numa tentativa de captar apoios dos sectores da direita civil para reverter a situação” (REZOLA 2007: 105). Apesar de forças de direita avançarem com a preparação de uma manifestação de apoio a Spínola para dia 28 de Setembro, o plano fracassa. O objetivo de proclamar o Estado de Sítio não se concretiza e o Presidente da

República, pressionado pelas forças de esquerda e pelo MFA, rejeita a manifestação, demitindo-se dois dias depois. Para o seu lugar, é escolhido o general Francisco da Costa Gomes.

Múltiplas questões podem ser destacadas no período que se prolonga até ao 11 de Março de 1975: os graves problemas económicos que o país enfrentava, a agitação em torno da aprovação da lei que impôs a existência de uma única central sindical, as diferentes visões quanto ao posicionamento externo de Portugal, além das inúmeras transformações sociais em curso. Importa, todavia, reter que este é, sem dúvida, um período bastante conturbado – nas ruas, nas fábricas e empresas, nos quartéis, nos órgãos governamentais e na política em geral. Como sustenta António Reis, uma “nova contradição” surgia, tendo por base visões diferentes para o futuro do país: “o modelo democrático-socializante de base parlamentar, ainda que transitoriamente sob tutela militar, e o modelo revolucionário-socialista, de base populista e sob a égide de uma vanguarda militar”. O Partido Comunista Português (PCP), sustenta o historiador, “passa agora a exibir um comportamento progressivamente mais ofensivo e, sobretudo, a explorar as possibilidades de uma aliança com todo um sector do MFA, agrupado em torno de Vasco Gonçalves” (REIS 1994: 24-25). No mesmo sentido, Fernando Rosas fala numa “estratégia de aproximação do poder”, por parte dos comunistas, da qual faz parte uma “progressiva hegemonização” dos “principais centros de decisão e de informação (jornais, rádios e RTP)” (ROSAS 2004: 225).

É, pois, neste contexto que o jornalismo, as suas práticas, rotinas e conteúdos se alteram radicalmente. A primeira medida que possibilitou esta transformação foi, naturalmente, a abolição da censura, com que os jornalistas lidaram – ou tentaram contornar – durante quase cinco décadas. A liberdade de expressão e de pensamento estava, aliás, prevista no Programa do MFA (embora estivesse também previsto um novo mecanismo de controlo, preconizado por uma comissão Ad Hoc para os *media*, a nomear em breve)³. Mas muitos outros fatores, mais ou menos imprevistos, contribuem para as transformações que vão ocorrer no setor da informação.

A par dos conflitos que se multiplicaram nos *media*, como as greves n’O Século e no *Jornal do Comércio* ou os saneamentos políticos que ocorrem logo após a queda da ditadura, onde jornalistas e outros profissionais de informação intervieram ativamente, havia uma adaptação a fazer a uma nova realidade político-social e, com ela, a uma nova forma de praticar jornalismo. É, portanto, num contexto de confrontos entre os vários setores que integram as empresas

³ Sobre o trabalho desta Comissão Ad Hoc para os *media*, veja-se MESQUITA 1988.

jornalísticas, de reivindicações e protestos, e de uma sociedade em mutação que os jornalistas e os jornais vão ter de noticiar os acontecimentos e, frequentemente, lidar com as pressões dos diversos poderes e forças político-militares em presença.

Por isso, é em torno de diferentes projetos políticos para o país – ou, se quisermos, de visões políticas para os *media* do novo regime – que se vão confrontar várias correntes entre 1974 e 1975. Partilhamos a tese de Mário Mesquita, segundo o qual existem, no essencial, três correntes: “os herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios”; “os defensores de teses revolucionárias e vanguardistas (...) favoráveis, no plano legislativo (pelo menos no caso do PCP e dos seus aliados) à adoção de formas de censura *a posteriori*” e “os partidários de conceção pluralistas do sistema de comunicação social” (MESQUITA 1994b: 360-361).

No imediato pós 25 de Abril, o tipo de jornalismo praticado em alguns periódicos ainda reflete muito do que era feito em ditadura. Na redação do DN, o diretor adjunto José Carlos de Vasconcelos (desde 25 de junho) confronta-se com uma “desgraça completa”, pois, “salvo raras exceções”, praticava-se “um jornalismo oficioso, do «realizou-se ontem», sem veia, sem força, muito burocrático e muito ligado obviamente ao regime”⁴. Era, na verdade “uma experiência nova. Nós sempre tínhamos escrito até ali a pensar que aquele texto tinha que passar na censura”, recorda Maria Antónia Palla, então n’O *Século Ilustrado*⁵. Nos meses seguintes, novos redatores vão chegando, assim como novas formas de organização das redações, de trabalho e de produção jornalística vão sendo adotadas.

Depois de anos de contenção na escrita, as redações conhecem uma “explosão” de ideologias e a possibilidade de envolvimento ativo na política (com reflexos praticamente imediatos) foi aproveitada por muitos jornalistas e outros profissionais da área da Informação. Só mais tarde, passados os meses de revolução, é que seria possível a profissão “alargar-se a novas camadas sociais, procurar novos públicos, reconstituir-se como conjunto profissional, estabelecer o seu compromisso moral, tentar afirmar a sua jurisdição, acompanhando e estimulando a formação de um universo da informação” (GARCIA 2009: 35).

Durante o período revolucionário as redações vão admitindo jornalistas, mas “os critérios partidários sobrepuseram-se a qualquer referência de outro tipo”. As qualidades profissionais ficaram em segundo plano relativamente à “militância política”, verificando-se ainda a entrada de jornalistas vindos das antigas colónias africanas, “que terão sido, no seu conjunto, um contrapeso à

⁴ Entrevista a José Carlos de Vasconcelos, Lisboa, 9 de fevereiro de 2012.

⁵ Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de fevereiro de 2013.

esquerdização resultante dos recrutamentos” referidos (MESQUITA 1994b: 364). Terão, naturalmente, havido exceções a esta tendência. “A política e o debate ideológico estavam no centro da vida e eram a alma da informação jornalística, longe, ainda, das práticas entronizadas dos princípios da objetividade e do contraditório”, observa João Figueira (2012: 8). Era o jornalismo a absorver e a ser absorvido pelo seu contexto, a acompanhar os acontecimentos, envolvendo-se neles e deixando a reflexão sobre questões éticas, deontológicas e de outras regras da profissão para mais tarde.

Os relatos dos próprios jornalistas reforçam o que surge como evidente: o ideal de jornalismo que, com maior ou menor diferença, todos defendem, estava longe ser possível pôr em prática. Havia uma “quase unanimidade dos diretores e jornalistas quanto ao seu papel de protagonistas políticos”, sustenta Kenneth Maxwell (1983: 15).

Artur Portela Filho, redator do *Diário de Lisboa* e fundador do *Jornal Novo*, defende que o jornalista era, então, “um profissional politicamente empenhado” (FIGUEIRA 2007: 208). Editor d’*A Capital*, e mais tarde, do *DN*, Daniel Ricardo, recorda que, “depois do 25 de Abril, os jornalistas se dividiram. Alguns foram para uns partidos, outros foram para outros ... começaram grandes lutas políticas”⁶. No mesmo sentido, Orlando Raimundo, então n’*O Século*, lembra: “nas redações a gente sabe ... aquele tipo é do Partido Comunista, aquele tipo é do Partido Socialista, aquele é do MRPP. Era claríssimo. Ninguém tentava enganar ninguém”⁷. Com algumas variações, a verdade é que esta tendência para a exposição das opções políticas no jornalismo foi uma constante, fazendo parte das discussões diárias nas redações.

O ritmo da revolução acelerava de forma impressionante. A matéria jornalística abundava, o que constituía também um enorme desafio para os jornalistas, além de acarretar óbvias responsabilidades. “Pela primeira vez as redações viram-se confrontadas com a necessidade de cobrir uma cadência constante informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente”. Como resultado, “os jornais espelharam nas suas páginas o clima de sobressalto que se apoderou do país”, sustenta Helena Lima (2008: 144).

Lidar com o “poder” – com os diversos poderes – constituía, também, um grande desafio. Acresce a dificuldade por parte dos jornalistas em distanciarem-se das forças com as quais se identificavam e em conseguir verificar as informações que surgiam em catadupa. Não surpreende, portanto, o facto de ondas de boatos e informações não confirmadas serem frequentemente publicadas, incluindo em manchetes.

⁶ Entrevista a Daniel Ricardo, Lisboa, 29 de setembro de 2011.

⁷ Entrevista a Orlando Raimundo, Lisboa, 16 de fevereiro de 2011.

Maria João Avillez, redatora do *Expresso*, “passava os dias nos quartéis ou no Conselho da Revolução, que era sobretudo para onde o dr. Balsemão [diretor] me mandava. Era preciso estar em todo o lado ao mesmo tempo e nós estávamos” (AVILLEZ 2016: 269). Outro jornalista, Dinis de Abreu, então no *Diário Popular*, reforça o que são, genericamente, as recordações dos seus camaradas de profissão, afirmando que, no fundo, as redações não eram mais do que um espelho do que se vivia no país:

“O ambiente revolucionário transbordara para as redações, que respiravam o dia-a-dia, entre notícias contraditórias de golpes e de contragolpes, de quartéis em armas, de aviões nos céus de Lisboa, de comandos sublevados, de forças populares nas ruas, sem rei nem roque. Passei muitas horas agarrado aos telefones em contactos, a esclarecer boatos que desaguavam, a todo o momento, na redação” (ABREU 2016: 276).

O capitão de abril e conselheiro da revolução (órgão de que foi porta-voz), Vasco Lourenço, refere-se a essa realidade, confirmando as ligações entre jornalistas e fontes de poder, no sentido de estas obterem destaque no espaço mediático: “Na altura toda a gente conspirava e contra conspirava. Toda a gente tinha as suas ligações aos jornais para fazerem passar as coisas que lhes interessava e os jornais estavam interessados”⁸.

O resultado do ritmo frenético e “apaixonado” de trabalho dos jornalistas estava longe de ser o mais útil aos leitores naquele momento e que é, no fundo, a missão de um jornal: informar. Muitas vezes, não era clara a distinção entre artigos opinativos e informativos. Outra característica do jornalismo deste período: a esmagadora maioria dos artigos não revelava o seu autor (exceto artigos de opinião, embora nem sempre). Acresce a dificuldade em interpretar textos pouco claros, bastante adjetivados e em que os *leads* não respondiam às questões fundamentais. De acordo com Francisco Rui Cádima, nos primeiros meses após o golpe militar, o tom dos órgãos de comunicação social não era muito diversificado:

“Os *media*, de alguma maneira, refletiam uma certa subserviência política ao MFA, e com elevada dose de paternalismo, numa primeira fase, faziam constantemente asserções à necessidade de o MFA proteger a comunicação social dos discursos da «reação», designadamente nos meses que antecedem o 28 de Setembro de 1974 e muito em particular aquando da manifestação da maioria silenciosa” (CÁDIMA 2001: 328).

⁸ Entrevista a Vasco Lourenço, Lisboa, 10 de julho de 2012.

Por outro lado, as vendas dos jornais subiam exponencialmente e nas bancas surgiam novos títulos, de géneros diversos, mesmo que a sua duração fosse, frequentemente, reduzida.

Importa salientar que a politização dos conteúdos dos jornais é também, não raras vezes, causa ou consequência (consoante os casos) dos confrontos que vão surgindo no interior dos periódicos, entre administradores, diretores, jornalistas e outros trabalhadores (gráficos, tipógrafos, revisores, etc.), que reclamavam poder decisório quanto aos conteúdos a publicar.

A Lei de Imprensa, outra medida prevista no Programa do MFA, começava a ser preparada, pelo que este era um tema ainda em aberto. Tratava-se, essencialmente, de decidir a quem pertencia a função de definir o conteúdo de um periódico. No *Diário de Lisboa*, por exemplo, “a direção de Ruella Ramos foi aceite com «agrado», mas os trabalhadores assumiram o controlo da produção do jornal e, mercê da união redatores-técnicos, o PCP e a extrema-esquerda aumentavam a sua influência” (MATOS 2016: 139). Em dezembro de 1974, no *Expresso*, é aventada a hipótese de um boicote de ardinias à venda do semanário, aparentemente devido “às margens de lucro” dos vendedores. A atribuição de “implicações políticas” ao boicote é imediata, obrigando a uma intervenção do governo⁹. N’O *Século*, os plenários eram frequentes e o clima ia subindo de tom, com trabalhadores a confrontarem-se várias vezes, devido a visões distintas quanto à sua linha editorial.

A importância das Comissões de Trabalhadores (CT) era outra característica das empresas jornalísticas de então, embora não exclusiva deste setor. Um pouco por todas as empresas nacionais, as CT assumem um papel determinante, esforçando-se para que os objetivos da classe fossem alcançados, muitas vezes em plenários de trabalhadores, com votação de “braço no ar”. As reivindicações diziam respeito a condições e direitos laborais (existiram melhorias significativas no setor da imprensa, com a aprovação de um novo Contrato Coletivo de Trabalho, por exemplo) mas também a praticamente todos os temas que envolviam as empresas. Relativamente aos *media*, estas Comissões, bem como os Conselhos de Redação entretanto criados, passam a “exercer uma influência determinante sobre o que é publicado”¹⁰, enquanto administradores e os próprios diretores dos jornais perdem poder decisório. Muitos conflitos tiveram início ou agudizaram-se por este motivo. Não havia, de facto, regulamentação para esta questão determinante na rotina de um jornal, o que só virá a acontecer em

⁹ *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, 32.

¹⁰ *Idem*, 15.

fevereiro de 1975, com a aprovação da Lei de Imprensa (que, em muitos casos, não foi respeitada).

As lutas pelo controlo da imprensa intensificam-se

Não cabe aqui descrever os acontecimentos que rodeiam a tentativa de golpe de *11 de Março*, mas antes referir o seu óbvio significado em termos de alterações político-militares no processo revolucionário. O poder militar é institucionalizado, através da criação do Conselho da Revolução (CR), passando agora a ser apresentado como o “motor” da revolução. As primeiras e mais emblemáticas medidas tomadas pelo CR são “no campo-económico a nacionalização da banca e dos seguros” e, no plano militar, “destinadas a expulsar os implicados no golpe e a reorganizar a estrutura militar, para que a hierarquia formal coincidissem com a revolucionária” (CERVELLÓ 1993: 229).

Estas medidas representavam, sem dúvida, um posicionamento à esquerda (outras nacionalizações vão ocorrer), que não era, de todo, alheio à preponderância do setor próximo do primeiro-ministro Vasco Gonçalves (que ficara conhecido como “gonçalvista”) nas estruturas político-militares e ao crescente protagonismo do PCP na cena política. Em abril, é assinado o Pacto entre o MFA e os principais partidos políticos, realizando-se, no final do mês, as primeiras eleições livres e democráticas – para a Assembleia Constituinte – com uma vitória do PS (Partido Socialista) com 37,9 % dos votos e com o PCP (12,5%) a ficar atrás do PPD (26, 9%).

Legitimados pelo resultado obtido nas eleições, os socialistas vão potenciar a sua popularidade nas ruas através da organização de grandes manifestações e comícios. Os incidentes no 1º de Maio, onde dirigentes do partido são impedidos de chegar à tribuna e discursar, acabam por conferir uma “nova dimensão e dramatismo” ao “confronto entre a via revolucionária e a via eleitoral, protagonizada em termos políticos pelo PCP e seus aliados e pelo PS” (FERREIRA 2001: 170).

Acresce os problemas que envolveram o encerramento do jornal *República* e que levam Mário Soares e os restantes ministros socialistas a abandonarem o governo. Depois de atitude idêntica tomada pelo PPD, o Executivo cai. A agitação nas ruas sobe de tom, assistindo-se a uma vaga de assaltos a sedes de partidos de esquerda e de sindicatos, que contribui para um clima de pré-guerra civil. Em pleno “Verão Quente”, o campo militar encontra-se profundamente dividido e os vários documentos produzidos, apontando rumos distintos para o país, são, a esse respeito, exemplificativos (REZOLA 2007: 221-227).

Contra a posição da ala militar moderada ou partidos como o PS e o PPD, o Presidente da República acabará por chamar Vasco Gonçalves para a liderança daquele que será o muito contestado (e curto) V Governo Provisório. É neste contexto de fortes cisões militares, grande agitação social e de confrontos políticos, com o PCP a passar de uma posição de preponderância para um momento em que é fortemente contestado por um PS cada vez mais forte, que o setor da Informação atravessa o seu período mais tenso e conturbado.

As já referidas nacionalizações do pós *11 de Março* têm efeitos imediatos na Imprensa nacional. Grande parte das empresas que pertencia ao setor bancário acaba por ser, por essa via, estatizada e os jornais não fogem à regra. De grandes grupos económicos passam a pertencer ao setor público o *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *A Capital*, *O Século*, incluindo a *Vida Mundial*, o *Século Ilustrado* e *Modas & Bordados*, e o *Diário de Lisboa*. No caso do *Diário de Notícias*, este já estava, por via indireta, integrado no setor público¹¹.

Da imprensa lisboeta, apenas se mantêm como privados o diário *República* e o semanário *Expresso*. Consequência indireta do que sucedera no setor bancário, era óbvio que uma imprensa sob controlo do Estado propiciava, desde logo, a escolha de nomes, por exemplo para administrações e direções, por parte do governo e do Conselho da Revolução. Teriam estes “aproveitado” a sua posição privilegiada para colocar personalidades da sua área política nos jornais? Teriam essas figuras motivações políticas no exercício das suas novas funções? E nos casos em que não houve alterações nesses órgãos, houve mudanças nos conteúdos? A bibliografia existente sobre o assunto parece levar-nos a responder afirmativamente a essas questões.

De acordo com o relatório do Conselho de Imprensa, acentua-se, neste período, “a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda”¹². Vários autores admitem que tal se tratava, efetivamente, de uma estratégia previamente definida e estruturada por essas forças políticas. Segundo Carlos Gaspar, foi precisamente o “peso nos meios de comunicação de massas”, conjuntamente com outros fatores, que fez com que o PCP se tivesse imposto “como o mais forte dos partidos políticos” neste período (GASPAR 2010: 550). Para Medeiros Ferreira, o Partido Comunista conduziu a sua ação tendo em vista atingir objetivos concretos, designadamente “controlando uma vasta gama de órgãos de comunicação social, onde chegam a praticar atos de

¹¹ Na prática, o jornal pertencia ao Estado, uma vez que a Caixa Geral de Depósitos era detentora da empresa “Portugal e Colónias” e esta da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do *Diário de Notícias*.

¹² *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, 43.

censura conhecidos” (FERREIRA 2001: 206).

Ainda assim, como também salienta Mário Mesquita (1994b), os efeitos do controlo dos *media* estiveram longe de atingir o sucesso desejado. Foram, como se sabe, limitados. Um dos exemplos que este autor apresenta é o do resultado das primeiras eleições livres (para a Assembleia Constituinte), em que o PCP é apenas a terceira força política mais votada. A conjuntura criada pelo novo momento político-militar potenciou práticas e posicionamentos já verificados nos últimos meses, agravando-os. O clima extremado e polarizado chegara, inevitavelmente, ao setor da informação, tendo atingido o seu ponto mais crítico no verão.

Neste contexto, o *Diário de Notícias* volta a ser um exemplo paradigmático. Num plenário de trabalhadores, é retirada a confiança no diretor do jornal, sob acusação de este ter, no seu editorial, condenado as propostas, alegadamente feitas em Assembleia do MFA, de fuzilamento dos militares implicados no *11 de Março*¹³. José Ribeiro dos Santos e o seu adjunto, José Carlos de Vasconcelos, acabam por se demitir, sendo a administração também substituída. O governo nomeia, ainda em março, uma nova administração e direção, esta última passando a ser composta por Luís de Barros e José Saramago, dois nomes próximos do PCP, sendo o segundo militante.

Novos jornalistas vão, igualmente, chegar à redação, caso de José Jorge Letria (vindo do *República*), que recorda o papel do partido comunista nestas movimentações:

“O partido deu-nos uma orientação para sairmos dali [do *República*] e irmos reforçar posições que precisavam de ser reforçadas. Houve jornalistas que foram para o *Diário de Notícias*, outros foram para a ANOP, que também precisava de ser reforçada, e um ou dois foram para a RTP. Portanto, eu desde que tive essa orientação tive uma orientação também para ir falar com o Luís de Barros”¹⁴.

O seu colega, Mário Contumélias, que já se encontrava no periódico, vai mais longe, considerando mesmo que “o *Diário de Notícias* era, a partir de um dado momento, o jornal do Partido Comunista”¹⁵.

Quanto ao conteúdo, os investigadores britânicos Jean Seaton e Ben Pimlott dão-nos uma perceção clara do efetivo posicionamento político-ideológico do jornal, comparando-o com a postura subserviente que assumira na ditadura:

¹³ Cf. *Diário de Notícias*, 14 de março de 1975.

¹⁴ Entrevista a José Jorge Letria, Lisboa, 17 de maio de 2011.

¹⁵ Entrevista a Mário Contumélias, Lisboa, 21 de março de 2011.

“A situação mais dramática (mas, também, a mais previsível) foi a do *Diário de Notícias*, o matutino de Lisboa de maior circulação, que tinha sempre seguido as posições do antigo regime. Em 1974, o *Diário de Notícias* transcrevia fielmente os procedimentos do congresso da União Nacional Portuguesa (o partido do governo). Em abril de 1975, reportava com a mesma calma e tom referencial os encontros da central sindical comunista, Intersindical. Os mesmos jornalistas escreviam da mesma maneira, com a mesma aceitação da autoridade política prevalecente” (SEATON E PIMLOTT 1983: 102).

Mas o *DN* era também um jornal afetado por um clima tenso, resultado de conflitos entre trabalhadores, diretores e administradores, como bem ilustra o “caso dos 24”, que resultará no saneamento de um grupo de jornalistas, num processo muito mediatizado e politizado, que se arrasta para lá do *25 de Novembro* (GOMES 2014). No vespertino *A Capital*, os problemas também se avolumam. Desde logo, pela tensão que envolveu a censura de um artigo da escritora Natália Correia, levando à demissão, em solidariedade, do diretor David Mourão Ferreira, que virá a fundar, em dezembro, *O Dia*.

Para o *Diário de Lisboa* é nomeado um novo administrador (militar), representando o Estado. De acordo com o diretor de então, assistiu-se a “perturbações” e a “lutas partidárias pela conquista do poder dentro do jornal” e “tudo isso amargou a alegria da liberdade e enfraqueceu ainda mais um jornal que já havia entrado fraco no regime democrático” (RAMOS 1994: 287). O vespertino criara uma “imagem demasiado radical, que provocou o afastamento de parte considerável dos seus leitores tradicionais” e o *Diário Popular*, que vê também nomeado um novo administrador (militar), “hiperpolitizou-se” e “afastou-se da vocação «popular» implícita no título” (MESQUITA 1994b: 387), depois de ver a sua administração substituída por exigência dos trabalhadores, que chegam a mobilizar-se em piquetes de vigilância¹⁶. Já *O Século* vive momentos dramáticos, multiplicando-se os plenários. A direção do periódico é substituída, trabalhadores são suspensos, realiza-se uma manifestação de trabalhadores e publica-se um jornal de luta, vindo a ser nomeado um tipógrafo, Francisco Lopes Cardoso, como diretor (GOMES 2018: 52-54).

Fora do domínio do Estado estava o *Expresso*, que “atacou e criticou sem receio o primeiro-ministro Vasco Gonçalves”, sendo “a mais influente e escutada voz do centro-direita” (FIGUEIRA 2007: 132). Por último, refira-se duas leituras distintas sobre esta questão. A primeira, do jornalista comunista Jacques Frémontier, que, em contraste com os estudos já citados, considera

¹⁶ *O Primeiro de Janeiro*, 9 de abril de 1975.

que o “avanço comunista” na imprensa estatizada se limitou a três jornais: *DN*, *O Século* e *Diário de Lisboa* (FRÉMONTIER 1976: 134). Outra, oposta, de Jean Seaton e Ben Pimlott, que acrescentam, aos três mencionados por Frémontier, *A Capital*, o *Diário Popular* e o *República* (este também com tendência de extrema-esquerda), em outubro de 1975 (SEATON E PIMLOTT 1983). Uma questão sem dúvida polêmica que só poderá ser esclarecida com novas investigações acerca destes periódicos e de como estes narraram e se envolvem nos acontecimentos da revolução.

O jornalismo embrenhara-se, cada vez mais, na revolução. A “vocação” dos jornais não era “explicar ou persuadir, mas agitar e mobilizar” e a “informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas” (MESQUITA 1994: 363-364). Em agosto de 1975, uma análise do Presidente da República apresenta um panorama desolador da comunicação social portuguesa: “Verifica-se que, na generalidade, a informação falada e escrita tem contribuído, grandemente, para o agravamento das tensões políticas hoje vividas no país, pondo em risco a sobrevivência da própria revolução”¹⁷. A mobilização dos trabalhadores, nomeadamente do setor gráfico, através das respetivas Comissões e da convocação de plenários, mantém-se e, em alguns casos, o seu poder dentro dos jornais aumenta consideravelmente. Por vezes, os leitores manifestam-se contra os conteúdos produzidos, quer através de cartas enviadas às redações, quer de protestos públicos como queimas de lotes de jornais ou impedimento da sua distribuição.

No que respeita aos jornais após o *11 de Março*, não poderíamos deixar de referir o caso que ocorreu no *República*, periódico com uma conhecida tradição de opositor ao Estado Novo. Desde o início de maio que o clima no *República* era tenso. Primeiro, porque o setor gráfico se opôs à contratação de dois novos jornalistas, acusando a direção de ter realizado uma contratação partidária. Depois, um novo protesto ocorre quando a administração pede a demissão do diretor comercial, Álvaro Belo Marques. A 19 de maio, a Comissão de Trabalhadores decide suspender a direção (Raul Rêgo e Vítor Direito) e chefia de redação (João Gomes), acusando-os de estarem ao serviço do PS (recorde-se, Rêgo e Gomes eram conhecidos militantes do partido e deputados socialistas na Assembleia Constituinte) e ocupando as instalações do jornal.

No editorial que publicam nesse dia, os trabalhadores referem-se-lhes como “elementos marcadamente antifascistas mas também marcadamente partidários”¹⁸. Propõem ainda que Rêgo e companhia abandonem o jornal,

¹⁷ *O Primeiro de Janeiro*, 28 de agosto de 1975.

¹⁸ *República*, 19 de maio de 1975.

o que estes recusam liminarmente. Ao seu lado, tinham a maioria da redação (22 dos 24 jornalistas) que se opõe à decisão da Comissão de Trabalhadores. Em comunicado, dizem estar perante uma manobra que visa “calar uma – e provavelmente a mais forte – das vozes livres deste país”¹⁹. Fechado no seu gabinete, Raul Rêgo telefona a Mário Soares, que se desloca à Rua da Misericórdia juntamente com outros nomes do partido e muitos cidadãos para se manifestarem contra a ocupação do *República*. Canta-se o hino nacional e gritam-se palavras de ordem como “Este jornal não é do Cunhal”. O caso passava para o plano dos confrontos entre PS e PCP, com Soares a responsabilizar os comunistas pelos problemas que estavam a ocorrer²⁰.

Os acontecimentos em redor do caso sucedem-se: a edição de dia 19 sai à revelia da direção e o nome de Álvaro Belo Morais surge no lugar do diretor; o Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, tenta, sem sucesso, resolver o conflito; o COPCON sela as instalações do *República*; na maioria da imprensa internacional o caso é visto com um ataque do PCP à liberdade de expressão (uma das exceções é o *Le Monde*); o PS suspende a sua participação em reuniões de Conselho de Ministros até à resolução do problema e, a 10 de Julho, o jornal reaparece com um novo diretor (coronel Pereira de Carvalho), nomeado pelo Conselho da Revolução, sob proposta dos trabalhadores. Ou seja, muito embora o governo tenha ordenado a devolução, tal como preceituado na Lei de Imprensa recém-aprovada, à administração e direção, o COPCON não cumpre a ordem e entrega o *República* à Comissão de Trabalhadores. Saía vitoriosa, como sustenta Joel da Silveira, a “conceção da imprensa popular em antítese com tudo que não fosse revolucionário, incluindo as correntes do socialismo democrático, cimentada pela unidade antifascista e ao serviço dos trabalhadores, nesse caso, encarnados nos gráficos do *República*” (SILVEIRA 2011: 135).

Este é, indiscutivelmente, um dos casos mais mediáticos e relevantes do processo revolucionário. Coloca em causa a Lei de Imprensa, que dava razão à direção e administração do jornal, mas, sobretudo, cria – ou contribui fortemente para criar – uma crise no governo. Levará à saída dos ministros e secretários de Estado do PS do IV Governo Provisório, a que se segue, dias depois, atitude idêntica por parte do PPD.

Várias questões se colocam sobre a natureza deste conflito e os seus contornos, que envolvem, seguramente, questões laborais, mas também político-ideológicas, com, pelo menos, PS, PCP e extrema-esquerda no centro da polémica. Algo, porém, é incontornável:

¹⁹ *Jornal Novo*, 20 de maio de 1975.

²⁰ Sobre o «Caso República» cf., por exemplo, MESQUITA 1994a.

“Através do caso *República* discutiram-se a Lei de Imprensa, o controlo operário, a organização da empresa jornalística, os poderes do director e do conselho de redacção, o direito à informação, a unidade da esquerda portuguesa e francesa, o eurocomunismo, os regimes do Leste Europeu” (MESQUITA 1994a: 508).

Novos tempos, novos jornais

Perante um panorama de jornais estatizados como o que foi descrito, os problemas no diário privado *República* e um pano de fundo político-social agitado, vai ser o setor da imprensa privada a levar o Conselho de Imprensa a considerar que o “monolitismo da imprensa não é total”²¹. Efetivamente, a criação de novos jornais a partir de abril de 1975 – dos quais destacamos o *Jornal Novo*, *O Jornal*, o *Tempo* e *A Luta* – significou, efetivamente, uma alternativa à imprensa estatizada. Estes foram, sob vários aspetos, inovadores e ousados, não deixando de serem também polémicos, de se envolverem e tomarem partido no curso dos acontecimentos e de se assumirem, sem equívocos, como defensores da legalidade democrática enquanto via política para o futuro do país²². Além de significarem uma alteração no panorama da imprensa da época, estes novos jornais contribuíram também para mudanças políticas. Como sustenta António Telo, “as primeiras grandes derrotas do gonçalvismo ocorrem justamente na comunicação social, tanto em termos do tiro no pé que são os assaltos lançados à *República* e à RR [Rádio Renascença], como do tiro na cabeça que são os novos periódicos” (2007: 130).

O primeiro desses periódicos privados – o *Jornal Novo* – chegou às bancas a 17 de abril de 1975. Dirigido por Artur Portela Filho e tendo José Sasportes como chefe de redacção, contava, no seu conselho de administração, com várias figuras ligadas à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a estrutura patronal à época mais importante. A ideia de agitador e de provocador do poder político-militar instalado esteve, desde o início, ligada ao *Jornal Novo*. As suas manchetes foram disso exemplo, com fortes e polémicos editoriais e fotomontagens que fizeram história. Defensor da democracia representativa, conferiu particular relevo à cobertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Com um grafismo inovador, foram vários os exclusivos publicados neste diário,

²¹ *A Imprensa Escrita em Portugal (abril de 1974 a Julho de 1975)*, Relatório do Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979, 44.

²² Sobre estes jornais, reproduzimos aqui algumas das conclusões da nossa tese de doutoramento (GOMES 2018).

sendo o “Documento dos Nove” o mais significativo. Este era, aliás, um jornal muito próximo da fação moderada do MFA.

Quanto ao semanário *O Jornal*, oficialmente foi publicado pela primeira vez a 2 de maio. Desde o início que os seus fundadores pretendiam criar um “jornal de jornalistas” e, para isso, asseguraram a maioria do capital social da empresa (Publicações Projornal). Dirigido por Joaquim Letria, da redação inicial fizeram parte um total de 15 jornalistas. Com um grafismo inovador, um logotipo simples e moderno, da autoria de João Segurado, *O Jornal* destacou-se também pelos criativos títulos de primeira página, quase sempre da autoria de Beça Múrias, pelos seus dossiers especiais sobre diversos temas e ainda pelo envio de repórteres ao terreno para cobrirem grandes acontecimentos, como foi o caso da independência das então colónias portuguesas. As colunas de Fernando Namora (“Cadernos de um escritor”) e de Luís de Sttau Monteiro (“O Primo da Guidinha”) e os cartoons de João Abel Manta foram espaços fundamentais do semanário. Era também um jornal bastante próximo do chamado “Grupo dos Nove”.

Depois de um longo caminho, após o 25 de Abril, de múltiplas tentativas até à sua criação, o semanário *Tempo* chegou às bancas nacionais a 29 de maio. Dirigido por Nuno Rocha, tinha como adjunto José Vacondeus e era propriedade de uma sociedade composta por todos os trabalhadores do jornal. Com uma orientação mais conservadora, foram várias as ameaças dirigidas aos seus trabalhadores e instalações. O próprio jornal deu conta da dificuldade que, desde o início, enfrentou para entrevistar algumas figuras políticas e militares, como Vasco Gonçalves, Álvaro Cunhal ou Otelo Saraiva de Carvalho. O processo de descolonização angolano teve amplo destaque nas suas páginas, tal como a situação dos chamados “retornados”, em relação aos quais o *Tempo* criou uma “campanha de auxílio”, recolhendo contribuições dos leitores. As crónicas, sempre polémicas, de Vera Lagoa criticando políticos e militares (particularmente o Presidente da República) marcaram as primeiras semanas do jornal, até à colunista abandonar o semanário em conflito com o seu diretor.

Finalmente, o último destes jornais surge na sequência do já referido “caso *República*”, quando os jornalistas que saíram desse diário se juntaram para abraçar um novo projeto. O vespertino *A Luta* foi, assim, publicado pela primeira vez a 25 de agosto de 1975, mantendo como diretor Raul Rêgo, diretor-adjunto Vítor Direito e chefe de redação João Gomes. Próximo do Partido Socialista, que apoiou a sua criação, teve como colunista frequente Natália Correia, mas também muitos socialistas ali escreveram esporadicamente neste período, casos de Manuel Alegre, Salgado Zenha, Marcelo Curto e Sottomayor Cardia.

Com características que os diferenciavam, estes quatro jornais empe-

nharam-se num tipo de jornalismo mais interpretativo, procuraram dar voz a figuras, partidos e organizações que tinham menos (ou negativo) protagonismo noutros periódicos, envolveram-se e provocaram polémicas, publicaram editoriais fortes e bastante críticos e opuseram-se às várias tentativas de condicionamento da liberdade de Imprensa. Mas também nos seus textos se confundiam, por vezes, opinião com informação e se procurou agitar ainda mais este período conturbado. O tom bastante crítico sobre Vasco Gonçalves e os governos provisórios que liderou é também algo que marca as páginas destes quatro jornais no chamado “verão quente” de 1975.

Conclusão

Ao longo do período revolucionário houve uma “explosão” de informação política na imprensa nacional. Mesmo quando não foi o tema principal das notícias, era esse, muitas vezes, o ângulo de abordagem escolhido. Tudo estava a mudar em Portugal e, nessa medida, também os jornais e o jornalismo acompanhavam a tendência.

O jornalismo – e, particularmente, o jornalismo político – esteve completamente afastado da tendência para a neutralidade que caracteriza a profissão, o que, em parte, se poderá dever ao facto de muitos jornalistas serem, simultaneamente, militantes partidários. Mas também, e talvez sobretudo, porque, independentemente dos projetos que defendiam, todos desejavam participar na construção de um novo regime para o país e, nessa medida, participar na revolução.

Era, como alguns referem, um jornalismo “revolucionário” e “militante”, no sentido em que pretendia agitar, mobilizar e, em muitos casos, fazer política. As tiragens aumentavam e os jornais criticavam e apoiavam, sem pudor, as forças em presença. Os editoriais assumem particular protagonismo enquanto textos de agitação política. Tal como acontecera durante a ditadura, manchas grandes de textos, frequentemente publicando comunicados de órgãos de Poder, eram apresentadas na íntegra, sem qualquer tipo de interpretação

Num texto apresentado como uma notícia era comum surgirem comentários que colocavam em evidência a posição do jornalista sobre o assunto tratado, sendo também frequente o recurso à adjetivação. A quantidade de acontecimentos e informações, essa, era avassaladora, tal como o ritmo de trabalho. Todas estas questões serão agravadas depois do *11 de Março* e da nacionalização de grande parte dos jornais. As tentativas de controlo dos órgãos de comunicação intensificam-se, ocorrendo episódios que ficam na história

deste período e que ilustram bem o clima radicalizado e polarizado que então se vivia (casos *República* e *Diário de Notícias*, entre outros) dentro e fora das empresas jornalísticas.

Ainda neste contexto, surgem, em 1975, novos jornais que, apesar de terem características bastantes distintas, bateram-se pela defesa da legalidade democrática. Naquele momento do processo revolucionário é, porém, também inegável certas ligações destes jornais a partidos, militares e políticos. Em suma, parece evidente, não só na bibliografia existente como nos relatos que recolhemos de vários jornalistas, que os jornais, em geral, participaram nos jogos de lutas e de confrontação que marcaram o processo revolucionário português. Para mais tarde ficaram os debates sobre as fronteiras entre o jornalismo e a política, a informação e a opinião.

Fontes Orais

Entrevista a Daniel Ricardo, Lisboa, 29 de setembro de 2011.

Entrevista a José Carlos de Vasconcelos, Lisboa, 9 de fevereiro de 2012.

Entrevista a José Jorge Letria, Lisboa, 17 de maio de 2011.

Entrevista a José Silva Pinto, Lisboa, 19 de junho de 2012.

Entrevista a Maria Antónia Palla, Lisboa, 19 de fevereiro de 2013.

Entrevista a Mário Contumélias, Lisboa, 21 de março de 2011.

Entrevista a Orlando Raimundo, Lisboa, 16 de fevereiro de 2011.

Entrevista a Vasco Lourenço, Lisboa, 10 de julho de 2012.

Bibliografia

- ABREU, Dinis (2016). “O 25 de Novembro e os *media*”, in A. Barreto e M. Braga da Cruz, *et al.* (Org.), *O 25 de Novembro e a democratização portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 275-281.
- AVILLEZ, Maria João (2016). “O fim da revolução”, in A. Barreto e M. Braga da Cruz, *et al.* (Org.), *O 25 de Novembro e a democratização portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 269-274.
- AZEVEDO, Manuela de (2010). *Memória de uma mulher de Letras*. Porto: Afrontamento.
- CÁDIMA, Francisco Rui (2001). “Os «Media» na Revolução (1974-1976)”, in J. M. Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 321-358.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez (1993). *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- FERREIRA, José Medeiros (2001). *Portugal em Transe*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
- FIGUEIRA, João (2007). *Os jornais como atores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- FIGUEIRA, João (2012). *O essencial sobre a imprensa portuguesa: 1974-2010*. Coimbra: Angelus Novus.
- FRÉMONTIER, Jacques (1976). *Portugal – os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes Editora.
- GARCIA, José Luís (Org.) (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Lisboa: ICS.
- GASPAR, Carlos (2010). “O Partido Comunista e a revolução portuguesa”, in P. A. Oliveira e M. I. Rezola (Coord.), *O Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Tinta-da-China, 539-574.
- GOMES, Pedro Marques (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- GOMES, Pedro Marques (2018). *Jornais, Jornalistas e Poder: a Imprensa que nasce na revolução e as lutas políticas de 1975*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: NOVA-FCSH.
- LETRIA, José Jorge (2013). *E tudo era possível. Retrato de juventude com Abril em fundo*. Lisboa: Clube do autor.
- LIMA, Helena (2008). *Os Diários Portuenses e os Desafios da Atualidade na Imprensa: Tradição e Ruras*. Tese de Doutoramento em História. Porto: Faculdade de Letras a Universidade do Porto.
- MATOS, Álvaro Costa (2016). “Diário de Lisboa”, in A. Reis, M. I. Rezola e P. B. Santos (Coord.), *Dicionário de História de Portugal – o 25 de Abril*. Vol. 3. Porto: Figueirinhas, 139-140.
- MAXWELL, Kenneth (1983). *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press.
- MESQUITA, Mário (1988). “Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de

- 1974-1975 da comissão *ad hoc* à Lei de Imprensa”. *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, 85-113.
- MESQUITA, Mário (1994a). “O Caso *República*: um incidente crítico”. *Revista de História das Ideias*, 6, 507-554.
- MESQUITA, Mário (1994b). “Os Meios de Comunicação Social”, in António Reis (Coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 361-405.
- MESQUITA, Mário (2019). “O corte revolucionário nos media e o “efeito de atraso” nas teorias da comunicação”. *Media & Jornalismo*, nº 35, 15-22.
- PALLA, Maria Antónia (2004). “A Liberdade de Imprensa após o 25 de Abril”, in Á. C. Matos e G. Franco (org.), *O Jornalismo Português: Passado, Presidente e Futuro*. Lisboa: CML/HML, 22-27.
- PINTO, António Costa (2015). “A vida política”, in A. Costa Pinto (coord.), *A Busca da Democracia*. Lisboa: Objectiva, 25-54.
- RAMOS, António Ruella (1994). “A Primeira de todas as liberdades”, in M. Mesquita e J. Rebelo (Org.), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Porto: Afrontamento, 287-288.
- REIS, António (1994). “O Processo de Democratização”, in A. Reis (coord.), *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 19-39.
- REZOLA, Maria Inácia (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- REZOLA, Maria Inácia (2019). “Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975)”. *Media & Jornalismo*, 35, 249-262.
- RIBEIRO, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica.
- ROSAS, Fernando (2004). “A Revolução Portuguesa de 1974/75”, in F. Martins e P. A. Oliveira (Coord.), *As Revoluções Contemporâneas*. Lisboa: Colibri/IHC/FCSH/UNL, 213-232.
- SANTOS, Rogério (2017). *A Emissora Nacional e as mudanças políticas (1968-1975)*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben (1983). “The Portuguese media in transition”, in K. Maxwell (dir.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut: Greenwood Press, 93-115.
- SILVEIRA, Joel da (2011). *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Séc. XX*. Lisboa: Colibri.
- TELO, António José (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à atualidade*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença.
- VENTURA, Isabel (2012). *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*. Lisboa: Tinta-da-china.

